



**VIOLÊNCIA /** Incursão na favela do Jacarezinho teria sido para apurar suposto aliciamento de menores pelo crime organizado. Moradores denunciam execuções, e MP vai investigar. Invasão é a primeira desde que Cláudio Castro foi efetivado no governo do estado

# Mais brutal ação da polícia no Rio mata 25

Uma operação policial na favela do Jacarezinho, na Zona Norte do Rio de Janeiro, deixou 25 pessoas mortas ontem e já pode ser considerada a mais letal contra uma comunidade, segundo a plataforma *Fogo Cruzado* e o Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos (Geni) da Universidade Federal Fluminense (UFF). A incursão da Polícia Civil, a primeira desde que Cláudio Castro foi efetivado como governador do estado, no último sábado, ocorreu para apurar o suposto aliciamento de menores e o sequestro de trens da SuperVia por uma facção criminosa. Moradores acusam os agentes de execução, e o Ministério Público do Rio de Janeiro anunciou que investigará.

Segundo a corporação, a maioria dos mortos era suspeita de integrar a quadrilha, que domina a venda de drogas na região. Um policial morreu: o detetive André Leonardo de Mello Frias, da Delegacia de Combate à Drogas (Dcod), baleado na cabeça. Ele foi levado para o Hospital Municipal Salgado Filho, no Méier, mas não resistiu.

A Operação Exceptis começou pouco depois das 6h, quando moradores já relatavam a presença de helicópteros sobrevoando a região e de intensa troca de tiros. Imagens nas redes sociais mostravam a janela de uma das composições do metrô, que naquele trecho circula na superfície, com uma marca de bala de arma de fogo — uma pessoa foi ferida por estilhaços de vidro e, outra, de raspão no braço.

Também circularam imagens nas redes sociais mostrando uma suposta perseguição dentro de uma residência, que deixou um rastro de sangue e, ao final, marcas do que poderia ter sido uma execução. Membros da Defensoria Pública do Rio de Janeiro presenciaram um cenário de guerra. “Muitos muros e portas cravados de balas. Duas casas me impactaram muito. Em uma, a família foi retirada e morreram dois rapazes. Os cômodos estavam repletos de sangue e tinha massa encefálica espalhada”, disse a defensora Maria Júlia Miranda, do núcleo de Defesa dos Direitos Humanos.

O delegado Ronaldo Oliveira, assessor especial da Secretaria de Estado de Polícia Civil (Sepol), negou que bandidos tenham sido mortos já rendidos — e classificou a repercussão negativa da operação como “ativismo

judicial”. O subcoordenador do Núcleo de Direitos Humanos, Daniel Lozoya, rebateu. “Em nenhum lugar do planeta uma operação com 25 mortes pode ser considerada bem-sucedida. Podemos dizer desastre, porque tantas mortes intencionais foram causadas, e isso não foi por acidente”, criticou.

## Determinação do STF

Segundo a polícia, bandidos estariam aliciando crianças e adolescentes para integrar a facção. Os criminosos, como disse a corporação, exploram o tráfico de drogas, o roubo de cargas e de pessoas, além de homicídios e sequestros de trens da SuperVia.

Em nota, a Polícia Civil disse que comunicou a operação ao MP-RJ, conforme determinação do Supremo Tribunal Federal (STF) — desde junho passado, a Corte suspendeu ações em favelas durante a pandemia e somente permite incursões em “hipóteses absolutamente excepcionais”, mediante aviso à promotoria.

O MP-RJ salientou que “desde o conhecimento das primeiras notícias referentes à realização da operação que vitimou 24 civis e 1 policial civil, vem adotando todas as medidas para a verificação dos fundamentos e circunstâncias que envolvem a operação e mortes”.

A Human Rights Watch cobrou do MP-RJ uma “investigação minuciosa e independente” da operação. “Tem a competência e obrigação constitucional de exercer o controle externo sobre a polícia e garantir investigações criminais adequadas de abusos policiais”. A entidade de defesa dos Direitos Humanos salienta, ainda, que “apenas no primeiro trimestre deste ano, a polícia do Rio de Janeiro matou 453 pessoas e ao menos quatro policiais morreram em ações policiais, mesmo com uma decisão do Supremo Tribunal Federal que proíbe operações em comunidades durante a pandemia”.

A proibição das incursões em comunidades do Rio foi tomada depois do assassinato de João Pedro Mattos, 14 anos, morto com um tiro nas costas dentro de casa no Complexo do Salgueiro, em São Gonçalo, município do Grande Rio. Outro adolescente, João Vitor Gomes da Rocha, 18, foi morto durante uma operação policial na Cidade de Deus, Zona Oeste do Rio, durante distribuição de cestas básicas. (Colaborou Pedro Ícaro\*)

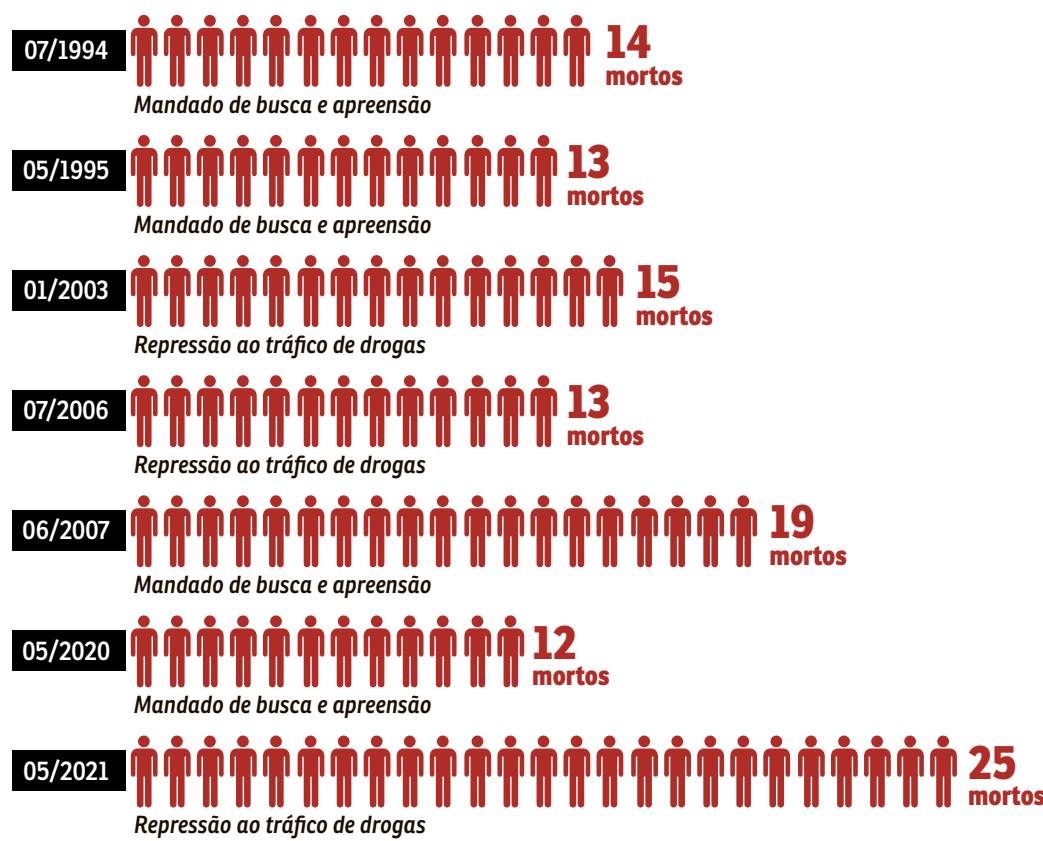
Mauro Pimentel/AFP



Dentro de uma casa, manchas de sangue de suposta perseguição policial que teria terminado em execução

## Recorde de mortes em operação no Jacarezinho

Polícia Civil invade comunidade para reprimir o tráfico e mata 25.



Fonte: Fogo Cruzado, GENI - Grupo de Estudos de Novos Ilegalismos da UFF e GI

## ATÉ AS 17H10 TINHAM SIDO APREENDIDOS



## Henry: casal é denunciado

» ALEXIA OLIVEIRA\*

O Ministério Público do Rio (MP-RJ) denunciou por homicídio triplamente qualificado o vereador Jairo Souza Santos Júnior, o Dr. Jairinho, e a professora Monique Medeiros, mãe do menino Henry Borel, de apenas 4 anos, morto no dia 8 de março. Eles foram denunciados pelos crimes de homicídio triplamente qualificado que envolviam rotina de tortura, coação e fraude processual. Os promotores ainda pediram à Justiça a conversão da prisão temporária dos dois para prisão preventiva.

O promotor Marcos Kac considerou como principais fatores para a denúncia o motivo torpe, a impossibilidade de defesa da vítima e os meios cruéis com que o crime foi cometido. “As investigações da polícia mostraram que Henry foi morto por Jairinho acreditar que a criança atrapalhava a relação do casal”, salientou Kac. Se a denúncia for aceita, Monique e Jairinho se tornarão réus pelo caso.

“Restaram apurados, os intensos sofrimentos físicos e mentais a que era submetida a vítima, como forma de castigo pessoal e medida de caráter preventivo, consistiam em agressões físicas perpetradas pelo denunciado Jairo Souza Santos Júnior através de rasteiras, chutes, “bandas” e mocas (socos), bem como através de ameaças, dizendo para a criança que iria ‘pegá-la’ caso contasse a alguém ou o desobedecesse”, aponta um trecho da denúncia.

## Tortura

No início da semana, a 16ª DP, responsável pelas investigações, havia concluído o inquérito e indiciado a dupla por homicídio duplamente qualificado e tortura — no caso da mãe, por omissão à tortura. Segundo a promotoria, ela tinha o dever de proteção e vigilância.

“A denunciada Monique Medeiros da Costa e Silva de Almeida consciente e voluntariamente, enquanto mãe da vítima e garantidora legal de Henry Borel Medeiros, se omitiu de sua responsabilidade, concorrendo eficazmente para a consumação do crime de homicídio de seu filho”, diz a denúncia.

De acordo com a perícia, Henry sofreu 23 lesões em várias partes do corpo. O menino morreu em 8 de março e chegou ao hospital Barra D’or, na Barra da Tijuca, levado sem vida pela dupla. O casal alegou ter-lo encontrado desmaiado no quarto onde dormia, porém as provas colhidas pela polícia eram incompatíveis com as de uma queda na cama, tal como o casal relatava.

bullying na infância. “Um rapaz problemático, sofria bullying na escola, era muito introspectivo e quase não tinha amigos. Era um rapaz ‘quietão’. Não se abria com ninguém, não tinha namorada, não tinha celular. Os poucos amigos que tinha já haviam se afastado nos últimos dias”, explicou.

\* Estagiários sob a supervisão de Fábio Grecchi

## Assassino de SC ficará preso

» FERNANDA STRICKLAND\*

A Justiça determinou a prisão preventiva de Fabiano Kipper Mai, de 18 anos, que matou cinco pessoas em uma creche na cidade de Saudades, interior de Santa Catarina. O Mi-

nistério Público pediu a quebra de sigilo dos dados do assassino contidos no computador dele, que foi apreendido. A fim de traçar um perfil psicológico do homicida, a polícia quer saber com quem ele se comunicava, quais páginas da internet costumava acessar e como comprou a arma usada no ataque.

Fabiano, que completou 18 anos recentemente e tentou tirar a própria vida após cometer o crime — ele permanece internado em estado grave em um hospital de Chapecó —, planejou o

ataque há mais de 10 meses, segundo o comandante do Corpo de Bombeiros de Pinhalzinho-SC, capitão Leonardo Ecco, que responde pelo posto avançado de atendimento no município. Isso porque, enquanto estava sendo atendido pela equipe, Fabiano questionou um dos bombeiros sobre quantas vítimas teria conseguido atingir e, no caminho ao hospital, já dentro da

segunda ambulância, disse aos bombeiros que o ato foi planejado muito antes.

“Ele disse para a nossa equipe que estava planejando o ataque há mais de 10 meses”, afirmou Leonardo Ecco.

Em entrevista a um jornal local, o responsável pela investigação da chacina, o delegado Jerônimo Maçal Ferreira, disse que Fabiano é “problemático” e sofria